

A PALAVRA COMO TECNOLOGIA DE PODER E DE EMANCIPAÇÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE PESSOAS NEGRAS

THE WORD AS A TECHNOLOGY OF POWER AND EMANCIPATION IN THE
VOCATIONAL EDUCATION OF BLACK PEOPLE

Sazana Assunção Martins dos Santos¹⁴

Universidade Federal da Bahia – UFBA

sazmartins@gmail.com

RESUMO: Este trabalho consiste em um ensaio teórico, de natureza qualitativa, que tem como objetivo discutir a linguagem como tecnologia de poder no processo educativo e emancipatório de pessoas negras, com ênfase no campo da educação profissional. Parte-se do entendimento de que a linguagem não constitui apenas um instrumento neutro de comunicação, mas um dispositivo que participa da produção de sentidos, da organização das relações sociais e da constituição das subjetividades. Nesse sentido, investiga-se como as práticas linguísticas podem operar tanto como mecanismos de reprodução do racismo estrutural quanto como ferramentas de resistência, afirmação identitária e construção de novos horizontes de emancipação. O debate é desenvolvido a partir de referenciais do feminismo negro, dos estudos decoloniais e da pedagogia crítica, mobilizando contribuições de intelectuais como Lélia Gonzalez (2020), Sueli Carneiro (2023), Gabriel Nascimento (2019), bell hooks (2017) e Frantz Fanon (2008). A partir desse diálogo teórico, o ensaio problematiza o racismo linguístico presente nos espaços educativos e analisa de que modo determinadas hierarquias linguísticas podem reforçar processos de exclusão, silenciamento e deslegitimação de saberes produzidos por sujeitos negros. No âmbito da educação profissional, tais dinâmicas incidem diretamente sobre a formação de estudantes negros, influenciando suas experiências educativas, suas trajetórias formativas e suas possibilidades de inserção no mundo do trabalho. Argumenta-se que uma educação comprometida com a justiça social precisa reconhecer a pluralidade linguística, cultural e epistemológica como condição fundamental para a construção de práticas pedagógicas antirracistas, capazes de promover reconhecimento, equidade e emancipação.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem; Racismo linguístico; Educação profissional, Feminismo negro; Educação antirracista.

ABSTRACT: This work consists of a qualitative theoretical essay that aims to discuss language as a technology of power in the educational and emancipatory process of Black people, with an emphasis on the field of vocational education. It starts from the understanding that language is not merely a neutral instrument of communication, but a device that participates in the production of meaning, the organization of social relations, and the constitution of subjectivities. In this sense, it investigates how linguistic practices can operate both as mechanisms for reproducing structural racism and as tools for resistance, identity affirmation, and the construction of new horizons of emancipation. The debate is developed from the frameworks of Black feminism, decolonial studies, and critical pedagogy, drawing on contributions from intellectuals such as Lélia Gonzalez(2020), Sueli Carneiro (2023), Gabriel Nascimento (2019), bell hooks (2017) and Frantz Fanon (2008). Based on this theoretical dialogue, the essay problematizes linguistic racism present in educational spaces and analyzes how certain linguistic hierarchies can reinforce processes of exclusion, silencing, and delegitimization of knowledge produced by Black subjects. In the context of vocational education, these dynamics directly affect the training of Black students, influencing their educational experiences, their formative trajectories, and their possibilities for insertion into the world of work. It is argued that an education committed to social justice needs to recognize linguistic, cultural, and epistemological plurality as a fundamental condition for the construction of anti-racist pedagogical practices capable of promoting recognition, equity, and emancipation.

¹⁴ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (IFBA). Doutoranda em Estudos interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos (UFBA). Docente no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8821-5820>

KEYWORDS: Language; Linguistic racism; Vocational education; Black feminism; Anti-racist education.

INTRODUÇÃO

Com Gabriel Nascimento (2019) é possível aprender que a língua portuguesa não possui neutralidade. No caso do Brasil, ela carrega muito da colonialidade, conforme orienta Aimé Césaire (2020). Isto significa que a linguagem tem a capacidade de organizar o mundo da pessoa humana, garantindo-lhe sentido, assim como opera a possibilidade de governar corpos diversos, territórios, saberes e relações. Em sociedades colonizadas, a linguagem tem um papel extremamente importante historicamente, uma vez que ela opera como uma tecnologia para a prática do racismo, epistemicídio e de outras violências que impedem os/as colonizados/as de se enxergarem como sujeitos/as.

É através da linguagem, por meio de suas vozes, que pessoas subalternizadas podem expressar o que pensam, sentem, almejam, desejam, constroem (SPIVAK, 2010). No entanto, esta constatação nem sempre é simples de ser alcançada, especialmente no contexto de desigualdades estruturais de acesso à educação por pessoas negras que, frequentemente, se encontram em posição de objeto e não de sujeitos/as na construção do conhecimento. Quando a linguagem lhes é tirada e seus signos, símbolos são destruídos, o que lhes resta senão se apropriar de outra linguagem que lhes é imposta e ver nela um mecanismo para resistências, recriação de si e do mundo? Nesse contexto, torna-se fundamental analisar o papel da educação na disputa pelos sentidos da linguagem.

Por isso, a educação configura-se como uma via fundamental para uma prática social libertadora. Refletir sobre formas de transformar a linguagem — instrumento historicamente utilizado para desumanizar e reificar pessoas negras — em ferramenta para práticas pedagógicas críticas e antirracistas constitui um passo importante para a construção de uma realidade educacional mais equânime.

Neste sentido, a linguagem também aparece como um campo de disputa política, pedagógica e identitária a partir do momento em que dialoga com os pensamentos de intelectuais como Lélia Gonzalez (2020) e seus conceitos de

amefricanidade e pretoguês, Frantz Fanon (2008) e a dicotomia entre zona do ser e zona do não ser, Sueli Carneiro (2023) e a perspectiva de outridade como fundamento do ser pelo não-ser, bem como sua concepção de epistemicídio; Paulo Freire (2019) e bell hooks (2017) com a pedagogia como prática libertadora; Patrícia Hill Collins (2021) e Kimberlé Crenshaw (2002) com a perspectiva de interseccionalidade para uma construção autêntica de autodeterminação; e Conceição Evaristo (2014) em sua didática escreviente para ecoar a voz. É evidente que existe uma gama de intelectuais negras/os que conseguiram com suas vidas exemplificar a transformação da linguagem em ação (Lorde, 2019) e que poderiam ser mencionados/as, mas para esta discussão introdutória bastam os/as expressos/as anteriormente.

Isto se justifica, porque apesar da crescente produção acadêmica sobre racismo linguístico e educação antirracista no Brasil, ainda são relativamente escassas as análises que articulam essas discussões com o campo específico da educação profissional. Considerando esse contexto, este ensaio teórico emerge da necessidade de refletir criticamente sobre o papel da linguagem na produção e na reprodução das desigualdades raciais nos espaços educativos, especialmente na educação profissional. Nesse sentido, este trabalho busca discutir de que maneira a linguagem pode operar simultaneamente como tecnologia de poder — capaz de reproduzir hierarquias raciais e epistêmicas — e como instrumento de emancipação na formação de pessoas negras. Trata-se de um ensaio teórico fundamentado em contribuições do feminismo negro, dos estudos decoloniais e da pedagogia crítica, que analisa como práticas linguísticas presentes nos processos educativos podem tanto reforçar mecanismos de silenciamento quanto abrir possibilidades para práticas pedagógicas antirracistas e emancipadoras.

1. LINGUAGEM COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL E INSTRUMENTO DE PODER

A compreensão da linguagem como construção social e como instrumento de poder tem sido amplamente discutida no campo das ciências humanas. Entre as contribuições mais relevantes, destaca-se a análise de Michel Foucault (1974) em *As verdades e as formas jurídicas* acerca da relação entre discurso, poder e produção de verdade. No contexto colonial e pós-colonial, esses regimes de verdade foram organizados a partir de uma lógica eurocêntrica que hierarquizou línguas, saberes e sujeitos, onde, no caso brasileiro, negros e indígenas não eram considerados mais

que inumanos ou objetos de exploração.

Ao falar de língua, no Brasil, o processo de colonização implicou a imposição da língua portuguesa como única língua legítima. Tal processo ocorreu por meio da inferiorização, do silenciamento e da criminalização das línguas africanas e indígenas presentes no território, bem como de qualquer forma de expressão que não estivesse em consonância com a cultura do colonizador.

Esse processo também serviu de base para a consolidação de discriminações raciais em diferentes dimensões da vida social e das subjetividades. No contexto brasileiro, o debate sobre racismo linguístico tem sido aprofundado por Gabriel Nascimento (2019), que demonstra como a hierarquização das formas de fala opera como mecanismo de reprodução das desigualdades raciais. Assim, o ato de falar “corretamente” passou a ser socialmente associado intrinsecamente à branquitude, à escolarização formal e, por consequência, à ideia de civilização, produzindo uma hierarquia simbólica entre formas legítimas e ilegítimas de expressão linguística. Em outras palavras, variações linguísticas negras, indígenas e populares foram classificadas como erro, atraso, ignorância e sinônimo de fracasso.

Em *Pele negra, máscaras brancas*, Fanon (2008) destaca como a linguagem atua na construção da subjetividade da pessoa negra, produzindo alienação e desejo de assimilação. Dessa forma, falar a língua do colonizador é mais do que apenas dominar um código, mas constitui-se como uma tentativa de alcançar uma humanidade que foi historicamente negada. Essa análise é primordial para compreender como, na educação, a exigência de uma norma linguística única pode operar como mecanismo de exclusão, violência simbólica, epistemicídio e apagamento histórico e cultural justamente por ser referenciada em uma perspectiva eurocentrada que considera o apagamento histórico e cultural como ferramenta de controle.

Nos Institutos Federais e em outros espaços de educação profissional, a diversidade social e racial do corpo discente evidencia a necessidade de práticas pedagógicas que reconheçam a pluralidade linguística como elemento fundamental para processos formativos mais democráticos e comprometidos com a justiça social.

2. RACISMO LINGUÍSTICO E ESCOLA: ENTRE A NORMA E O SILENCIAMENTO

Nos cursos da educação profissional, estudantes oriundos de contextos populares e racializados com frequência enfrentam processos de deslegitimação de suas formas de expressão linguística, o que impacta sua permanência e participação nos processos formativos.

Esse processo ocorre porque a escola, enquanto instituição normativa, historicamente se constitui como um espaço de legitimação da língua padrão, frequentemente associada à inteligência, à competência e ao mérito. Sendo assim, operando nesta lógica, a escola acaba por desconsiderar não só a existência de outras línguas quanto das variações oriundas de heranças atravessadas por marcadores como classe, raça, gênero e território.

Essa realidade é constatada quando estudantes negros/as, especialmente os/as oriundos de periferias ou do campo, têm suas maneiras de falar frequentemente corrigidas, intimidadas, ridicularizadas ou atreladas ao sinônimo de incapacidade cognitiva e intelectual. Ações como esta (re)produzem o que Sueli Carneiro (2023) denomina de epistemicídio e que se constitui na negação sistemática dos saberes, das experiências e das linguagens negras como formas legítimas de conhecimento.

Assim, como a linguagem não possui neutralidade, Paulo Freire (2019) chama a atenção para a inexistência de uma educação neutra. Ao deslegitimar a linguagem do/a educando/a, a escola reforça sistemas de opressão e impede o desenvolvimento de novas aprendizagens. Sendo assim, na pedagogia bancária, criticada por Freire, é possível encontrar no racismo linguístico uma forma de transformar a língua em instrumento de dominação e de “adestramento”, fazendo com que, inclusive, haja uma perda da singularidade humana (Galeffi, 2017).

É neste cenário que os/as estudantes acabam por não se sentirem acolhidos, compreendidos, nem ao menos escutados em suas histórias e justificativas para habitarem o ambiente escolar. Acabam sendo silenciados antes mesmo de erguerem suas vozes. Aprendem que, em silêncio, os riscos de errar, serem incompreendidos e ridicularizados lhes conferem uma falsa segurança. Como consequência, muitos estudantes passam a adotar estratégias de silêncio e retraimento, evitando a exposição de suas formas de expressão linguística por receio de julgamento ou

ridicularização.

Lélia Gonzalez (2020) destaca que há heranças linguísticas de povos africanos presentes no cotidiano de regiões brasileiras que são vistas pela norma padrão como um erro, mas que na verdade demarcam a pluralidade linguística da África e foram incorporadas desde o período colonial. Essa africanização da língua falada no Brasil, a autora denomina pretuguês e ilustra essa questão da seguinte forma

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse R no lugar do L nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o L inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa “você” em “cê”, o “está” em “tá” e por aí afora. Não sabem que estão falando pretuguês (Gonzalez, 2020, p. 80).

3. FEMINISMO NEGRO, LINGUAGEM E EXPERIÊNCIA

Pensando a realidade dos espaços formativos, é importante pontuar que o feminismo negro oferece contribuições fundamentais e valiosas que possibilitam a compreensão da linguagem como prática situada e atravessada por relações de poder. É também a partir de contribuições feministas como as da filósofa norte-americana Angela Davis em seu livro *Mulheres, Raça e Classe* (2016), aponta a relevância do trabalho das mulheres negras para o desenvolvimento da sociedade. É importante considerar não só o trabalho manual, mas o trabalho intelectual destas sujeitas na contemporaneidade para que se concretizem avanços significativos em prol de uma transformação social pautada na equidade.

Patricia Hill Collins (2019; 2021), ao discutir o conceito de *standpoint*, comumente associado ao “lugar de fala” no Brasil, aponta que mulheres negras são produtoras de conhecimentos que tomam como referência a sua localização social específica, marcada pela intersecção entre racismo, sexismo e classismo. Para as mulheres negras, situar-se com base nas encruzilhadas desses marcadores é fundamental para conseguirem se perceberem enquanto sujeitas.

Neste aspecto, esta localização também pode ser expressa linguisticamente. Um exemplo frequente ocorre quando as narrativas de mulheres negras na academia passam a ser consideradas como inadequadas, desqualificadas e ausentes de

repertório teórico, revelando muitas vezes uma faceta do epistemicídio, visto que sua oralidade e escritivências muitas vezes são lidas como inapropriadas para a construção do conhecimento. Quando estas mulheres negras intelectuais estão no lugar de quem ensina, por vezes são resumidas a militantes, especialmente por tratarem da educação para as relações raciais mesmo estando amparadas pela Lei n.º 10.639/03, que trata da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira.

Desta forma, é importante demarcar que a intelectualidade de mulheres negras considera o que, para a cultura eurocêntrica, é desvalorizado ou esvaziado de sentido como, por exemplo, o legado ancestral não letrado para os moldes da norma da língua (cult) portuguesa nem para o tido conhecimento técnico-científico-universal. É nesta esfera que a conceituação de escritivência, por Conceição Evaristo (2014), afirma a escrita como gesto político de afirmação da vida e da história negra.

Já o pretuguês de Lélia Gonzalez (2020) deixa evidente como a língua portuguesa falada no Brasil é profundamente marcada por matrizes africanas, apesar de sua negação sistemática. Reconhecer estes conceitos é uma forma de colocar a herança da população negra como fundamental para arruinar o projeto da branquitude que se estrutura no apagamento pleno e total do povo preto, especialmente, por meio do ideal de pureza associada à linguagem herdada do colonizador.

4. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E DISPUTA DE SENTIDOS

A educação comprometida com o combate ao racismo necessita compreender a linguagem não apenas como campo de disputa simbólica, mas também como espaço de afirmação identitária e de demarcação de pertencimentos culturais. Logo, é imprescindível questionar as vozes que comumente são autorizadas a falar e distingui-las das narrativas que são sistemática e historicamente silenciadas nos currículos, nos materiais didáticos e nas práticas pedagógicas, mesmo depois das leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

Vale enfatizar que a educação antirracista não pode ser resumida à inclusão pontual de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira, frequentemente restrita a atividades pontuais, sobretudo no período das celebrações do Dia da Consciência

Negra (Pinho; Mesquita, 2022). Isto porque grandes transformações não ocorrem apenas de maneira pontual, mas contínua. Além disso, limitar a inserção da cultura e epistemologias negras na educação a ações pontuais podem resultar na folclorização daquilo que é elemento fundamental para a construção das subjetividades: o legado ancestral.

Neste sentido, o revisionamento da linguagem ensinada, bem como as relações estabelecidas em sala, a construção e aplicação de instrumentos de avaliação e demais mecanismos próprios do ato de ensinar nos ambientes formais, não-formais e informais de educação se tornam-se urgentes. Essa urgência se torna ainda mais evidenciada quando as estratégias de ensino direcionadas a estudantes negros/as são elaboradas com o objetivo de promover a emancipação e empoderamento destes. Vale ressaltar que a educação libertadora tem a capacidade de provocar mudanças profundas nos/as estudantes quanto à percepção de si como ser do/no mundo, conforme ensina a pedagogia feminista negra.

No campo das pedagogias críticas e feministas negras, a prática educativa é compreendida como espaço de transformação social. Em muitos dos seus livros, bell hooks defende uma pedagogia engajada, na qual a sala de aula se torna espaço de transgressão de tal modo que seja praticamente impossível o/a estudante não se sentir transformado/a. Para a autora, ensinar é um ato político, ora visto como ameaçador no tocante à manutenção de privilégios, ora como capaz de promover a liberdade.

Desta forma, uma pedagogia antirracista tem por ação primordial legitimar as múltiplas formas de expressão dos/as estudantes, gerando condições para que a linguagem seja instrumento de pensamento crítico e não de silenciamento, muito menos de apagamento. A partir dessa discussão sobre racismo linguístico no ambiente escolar, torna-se necessário analisar como essas dinâmicas também se manifestam no campo específico da educação profissional.

5. LINGUAGEM, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E COLONIALIDADE

No campo da educação profissional, reconhecer a linguagem como dimensão central das relações de poder implica repensar práticas pedagógicas, currículos e

processos avaliativos. Isso significa compreender que valorizar as formas de expressão dos estudantes não implica abandonar o ensino da norma padrão, mas reconhecer a pluralidade linguística como parte constitutiva da experiência social brasileira. Nesse sentido, práticas educativas comprometidas com a justiça racial precisam considerar a linguagem como território de disputa simbólica e política, no qual se produzem tanto mecanismos de exclusão quanto possibilidades de emancipação e reconstrução de subjetividades.

É importante pontuar que, no campo da educação profissional, as questões relativas à linguagem e ao racismo assumem contornos específicos e, muitas vezes, carregados de associação ao medo: medo de não ser suficiente, ser estigmatizada/o, de ser incapaz de conseguir um emprego. Historicamente, a educação profissional tem sido destinada às classes trabalhadoras e à população negra, muitas vezes orientada por uma lógica tecnicista que separa trabalho manual e intelectual (Saviani, 2007).

Essa separação também tem um viés linguístico. Não é raro ouvir discursos que associam determinados cursos e profissões à baixa complexidade intelectual e que, por isso, deveriam ser destinados às classes trabalhadoras. Além disso, observa-se a supervalorização de uma linguagem excessivamente técnica e seu uso como sinônimo de inteligência, o que pode se constituir como uma barreira para o aprendizado. É importante considerar que, de acordo com Oliveira *et al.* (2026), no contexto da educação profissional, foi no regime imperial que a dimensão racial ganhou maior destaque.

O artigo 124 do Projeto de Constituição para o Império do Brasil, de 1824, previa que o Estado deveria “criar estabelecimentos para a catequese e civilização dos índios, emancipação lenta dos negros e sua educação religiosa e industrial” (Batista e Muller; 2021, p. 57). A formulação associa explicitamente educação profissional à catequese e à “civilização”, indicando que o trabalho manual e a instrução industrial eram concebidos como instrumentos de controle, disciplinamento e assimilação de populações consideradas inferiores. Ao inscrever a educação profissional no mesmo dispositivo que trata da educação religiosa, o texto constitucional reforça uma representação social em que os ofícios são destinados a sujeitos racializados, vistos como objeto de tutela estatal (Oliveira *et al.*, 2026, p. 6)

Diante deste cenário, a pedagogia feminista negra propõe para a educação profissional o rompimento com essa lógica de margeamento e de colonialidade do saber, buscando articular o conhecimento técnico a outras formas de saber

fundamentais para a formação integral dos sujeitos. Dessa forma, o reconhecimento da linguagem dos estudantes como ponto de partida do processo educativo, valorizando suas trajetórias, seus territórios e suas formas de narrar o mundo, também deve ser considerado no processo da preparação educacional para o mundo do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão desenvolvida no presente texto demonstra como a linguagem ocupa um lugar de extrema importância na articulação entre educação e racismo. É ingênuo pensar que a língua se configura apenas como um instrumento para uma comunicação livre de sentidos, propósitos, sem a intenção de moldar as diferentes subjetividades ou de hierarquizar poderes que orquestram a existência dos sujeitos/as.

No tocante ao contexto da educação profissional, a linguagem pode ser utilizada tanto para oprimir quanto para libertar e emancipar. Por isso, a intencionalidade aplicada na didática pedagógica requer um compromisso com valores e ações de equidade que se alinhem com uma sociedade que busca estar livre do racismo. Assumir uma perspectiva antirracista e feminista negra necessariamente implica deslocar a linguagem do lugar da norma, do padrão, para o lugar gerador da vida, da experiência e da pluralidade. Implica, sobretudo, reconhecer que não há justiça social sem justiça linguística e epistemológica e sem reparação histórica inclusive na preparação de pessoas para a vida, em geral, e para o mundo do trabalho em particular.

Como destaca Nilma Lino Gomes (2010), a construção de uma educação antirracista exige reconhecer a pluralidade cultural e epistemológica que constitui a sociedade brasileira. Se o racismo opera também por meio da linguagem, a educação antirracista precisa necessariamente disputar os sentidos da palavra.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: **Estudos Feministas**. Ano 10, 1º semestre 2002, p. 172-188.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

FANON, Frantz. O negro e a linguagem. in Fanon, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**; tradução de Renato da Silveira. - Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. **As verdades e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GALEFFI, Dante A. **Didática Filosófica Mínima: ética do fazer-aprender a pensar de modo próprio e apropriado como educar transdisciplinar**. Salvador: Quarteto, 2017.

GOMES, Nilma L. **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização: Flávia Rios e Márcia Lima. 1. Ed. Rio de Janeiro, 2020.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. 1. ed. Belo Horizonte: Letramento Editorial, 2019.

OLIVEIRA, Letícia Regina de; OLIVEIRA, Kenny Stephanny Souza; SANTOS, Dayanna Pereira dos. **Da colônia aos institutos federais: uma história crítica da educação profissional brasileira**. *Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana*, Curitiba, v. 24, n. 1, p. 1-26, 2026. Disponível em: <<https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/13036/8164>> Acesso em 13 mar 2026.

PINHO, Carolina; MESQUITA, Tayná Victória de Lima (orgs.). **Pedagogia feminista negra: primeiras aproximações**. São Paulo: Veneta, 2022.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152–165, jan./abr. 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.